

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE
O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA PORTUGUESA
E
O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA TURQUIA
RELATIVO AO INTERCÂMBIO DE DIPLOMATAS.**

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia, doravante referidos como "Signatários",

Determinados a estreitar a cooperação, o conhecimento mútuo do funcionamento e da estrutura das respectivas instituições,

Considerando o " Protocolo de Cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia para a criação de um fórum Luso-Turco ", datado de 11 de Maio de 2005.

Recordando ainda o "Memorando de Entendimento entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia nas áreas da Formação Diplomática e do Intercâmbio de Informação e Documentação", assinado em Ancara, em 18 de Dezembro de 2012,

Acordam no seguinte:

ARTIGO I

1. Os Signatários irão acolher, mutuamente, nas respectivas sedes, diplomatas enviados ao abrigo do programa de intercâmbio estabelecido pelo presente Memorando de Entendimento.
2. O objectivo do programa de intercâmbio estabelecido ao abrigo deste Memorando de Entendimento é o de estimular a compreensão mútua do funcionamento, das estruturas do Ministério de acolhimento, da respectiva abordagem às relações internacionais, e ainda para fortalecer os laços entre os signatários.

ARTIGO II

Os procedimentos relativos ao presente programa de intercâmbio serão conduzidos pelo Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa e pela Direcção da Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia.

ARTIGO III

No âmbito deste Memorando de Entendimento estabelece-se que os candidatos ao programa de intercâmbio tenham, de preferência, domínio de português e turco. Se tal não for possível, os candidatos devem ter bons conhecimentos de inglês.

ARTIGO IV

1. Os candidatos designados serão propostos ao Ministério de acolhimento pelo Ministério que envia. O Ministério de acolhimento pode recusar os candidatos propostos, sem que seja devida qualquer explicação.
2. A aceitação de cada candidatura será comunicada pelo Ministério de acolhimento ao Ministério que envia.
3. O intercâmbio de diplomatas ao abrigo deste Memorando de Entendimento poderá ser feito consecutivamente.

ARTIGO V

1. A duração de cada intercâmbio será determinada através de canais diplomáticos, podendo ser prorrogada por mútuo consentimento. A duração normal de cada intercâmbio será de entre um e três meses.
2. A duração dos intercâmbios pode ser reduzida por consentimento mútuo dos Signatários, especialmente se ocorrerem problemas de saúde ou necessidades de ordem pessoal.
3. Em casos de emergência, o Ministério de acolhimento pode rescindir o programa de intercâmbio por iniciativa própria. Neste caso, o Ministério de acolhimento deverá transmitir a respectiva decisão ao Ministério que envia.

ARTIGO VI

1. O Ministério que envia assumirá todas as despesas decorrentes deste programa de intercâmbio, em particular as relativas ao estipêndio e à habitação, pagamentos de missões extraterritoriais ou compensações, bem como os encargos de segurança social a serem transferidos para a família do diplomata, se esse for o caso. O Ministério que envia também assumirá responsabilidade por acidentes do diplomata designado, que possam ocorrer durante os percursos para o trabalho ou execução de tarefas, nos termos da respectiva legislação nacional.
2. O Ministério de acolhimento assumirá as despesas decorrentes de deveres por si determinados pelo período de duração do programa de intercâmbio, sem prejuízo das disposições estabelecidas no artigo 2.2. do "Memorando de Entendimento entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia nas áreas da Formação Diplomática e do Intercâmbio de Informação e Documentação", assinado em Ancara, em 18 de Dezembro de 2012".

ARTIGO VII

1. Os diplomatas que participam no programa de intercâmbio estão, de acordo com os requisitos de sigilo profissional, obrigados a respeitar as regras de protecção de confidencialidade das informações a que tenham permissão de aceder. O diplomata designado será responsabilizado da mesma forma que os outros diplomatas a trabalhar no departamento onde seja colocado. Todos o tipo de restrições relativas ao acesso a arquivos e documentos permanecem sob a jurisdição do Ministério de acolhimento.
2. O diplomata designado estará sujeito às mesmas horas de expediente e deveres que os funcionários do mesmo nível do Ministério de acolhimento, ao qual caberá também autorizar o uso de licenças ou ausências.

ARTIGO VIII

Após a conclusão dos seus deveres dentro do programa de intercâmbio, o diplomata designado deve elaborar um relatório sobre as matérias e trabalhos que lhe tenham sido confiados. Este relatório será elaborado em duas versões originais, dirigidas aos Ministério de acolhimento e de envio.

ARTIGO IX

1. O diplomata designado não deve ter qualquer vínculo com a representação diplomática do seu país de origem com excepção de assuntos administrativos, em particular, correio electrónico e pagamento de salários no decurso da sua estadia no país de acolhimento.
2. Durante o programa de intercâmbio no país de acolhimento, ao diplomata designado não será atribuído o dever de efectuar uma diligência diplomática perante a representação diplomática do seu país de origem.

ARTIGO X

1. O Estado que envia deverá ser informado no caso do diplomata designado ser escolhido para uma função fora do território do país anfitrião. O diplomata designado só poderá participar numa função fora do território do país anfitrião, se for parte de uma delegação.
2. Nesse caso, o diplomata designado só pode agir em nome do país anfitrião. No entanto, o diplomata designado poderá participar em todo o tipo de reuniões, discussões, negociações ou contactos oficiais, que incluem os representantes do seu país de origem.

ARTIGO XI

O Ministério de acolhimento deverá informar a representação diplomática do país de origem sobre todas as questões relativas ao programa de intercâmbio.

ARTIGO XII

Este Memorando de Entendimento produzirá efeitos após a sua assinatura e continuará a ser executado até que seja denunciado por qualquer dos signatários, mediante aviso escrito prévio de seis meses para o outro signatário, através dos canais diplomáticos.

ARTIGO XIII

Este Memorando de Entendimento poderá ser alterado por consentimento mútuo dos Signatários a qualquer momento. As alterações produzirão efeitos de acordo com o mesmo procedimento previsto no artigo XII do presente Memorando de Entendimento.

ARTIGO XIV

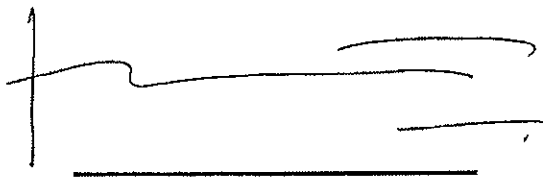
Este Memorando de Entendimento é concluído com o objectivo de reforçar e desenvolver a cooperação entre os signatários e não constitui um acordo vinculativo ao abrigo do Direito Internacional. Nenhuma disposição do presente Memorando de Entendimento poderá ser interpretada ou aplicada como criando direitos ou obrigações para os Signatários.

ARTIGO XV

Qualquer litígio relativo à interpretação ou aplicação do presente Memorando de Entendimento será resolvido amigavelmente por meio de negociação entre os signatários. Em caso de divergência de interpretação, prevalece o texto em Inglês.

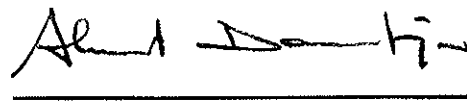
Assinado em Lisboa, a 6 de Maio de 2013, em dois originais, em português, turco e inglês.

PELO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA
PORTUGUESA



Paulo Sacadura Cabral Portas
Ministro de Estado dos Negócios
Estrangeiros da República Portuguesa

PELO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA
DA TURQUIA



Ahmet Davutoğlu
Ministro dos Negócios Estrangeiros da
República da Turquia

PORTEKİZ CUMHURİYETİ DIŞİŞLERİ BAKANLIĞI
İLE
TÜRKİYE CUMHURİYETİ DIŞİŞLERİ BAKANLIĞI
ARASINDA DİPLOMAT DEĞİŞİMİNE İLİŞKİN MUTABAKAT MUHTIRASI

Bundan sonra “İmzacılar” olarak adlandırılacak olan Portekiz Cumhuriyeti Dışişleri Bakanlığı ile Türkiye Cumhuriyeti Dışişleri Bakanlığı,

Kurumlarının yapıları ve işleyişlerinin karşılıklı olarak daha iyi tanınması yönündeki işbirliğini güçlendirmek hususundaki kararlılığı ışığında,

11 Mayıs 2005 tarihli “Türkiye-Portekiz Forumu Oluşturulması için Portekiz Cumhuriyeti Dışişleri Bakanlığı ile Türkiye Cumhuriyeti Dışişleri Bakanlığı Arasında İşbirliği Protokollü”ne ve

18 Aralık 2012 tarihli, Ankara’da imzalanan “Diplomatik Eğitim ve Belge Değişimi Mutabakat Muhtırası”na da atıfla,

Aşağıdaki hususlarda anlaşmışlardır:

MADDE I

1. İmzacılar, işbu Muhtıra çerçevesinde öngörülen değişim programı kapsamında gönderilen diplomatları karşılıklı olarak merkezlerinde misafir edeceklerdir.

2. İşbu Muhtıra çerçevesindeki değişim programının amacı, kabul eden Bakanlığın yapı ve işleyişinin karşılıklı olarak tanınması, uluslararası ilişkilere yaklaşımının öğrenilmesi ve İmzacılar arasındaki bağların güçlendirilmesine yönelik olacaktır.

MADDE II

Değişim programının işleyişine ilişkin hususlar, Portekiz tarafında Portekiz Cumhuriyeti Dışişleri Bakanlığı Diplomasi Enstitüsü, Türkiye tarafında Türkiye Cumhuriyeti Dışişleri Bakanlığı Diplomasi Akademisi Başkanlığı tarafından yürütülecektir.

MADDE III

İşbu Muhtıra çerçevesindeki değişim programından yararlanacak adayların tercihen Türkçe ve Portekizce bilmeleri şartı aranacaktır. Bunun mümkün olmaması halinde adayların İngilizce bilmeleri beklenmektedir.

MADDE IV

1. Belirlenen adaylar, gönderen Bakanlık tarafından kabul eden Bakanlığa önerilecektir. Kabul eden Bakanlık, gerekçesini açıklamadan önerilen adayları reddedebilir.
2. Kabul eden Bakanlık, gönderen Bakanlığa, başvurunun kabul edilmesi halinde bilgilendirir.
3. İşbu Muhtıra çerçevesindeki diplomat değişimi art arda yapılabilir.

MADDE V

1. Her değişim programının süresi diplomatik kanaldan belirlenir ve karşılıklı mutabakatla uzatılabilir. Değişim programının uzunluğu normal koşullarda bir ve üç ay arasındadır.
2. Değişim programının süresi, İmzacıların karşılıklı mutabakatıyla, özellikle sağlık sorunları veya memur ihtiyacı gibi nedenlerle, kısaltılabilir.
3. Acil durumlarda, kabul eden Bakanlık, uygulamayı re'sen sonlandırmaya yetkilidir. Bu takdirde kabul eden Bakanlık kararından gönderen Bakanlığa haberdar eder.

MADDE VI

1. Gönderen Bakanlık, değişim programından kaynaklanan tüm masrafları, özellikle işe-ibate giderleri, yurtdışı görev harcırahı veya tazminat ve var ise memurun ailesine ödenecek sosyal güvenlik ödemelerini karşılar. Gönderen Bakanlık, ulusal mevzuat uyarınca, memurun görev yerine intikalinde veya görevin ifasında maruz kalabileceği kazaların yükümlülüğünü de üstlenir.
2. 18 Aralık 2012 tarihinde Ankara'da imzalanan Diplomatik Eğitim ve Belge Değişimi Mutabakat Muhtırası'nın 2.2 maddesinde oluşturulan şartlar çerçevesinde Kabul eden Bakanlık, değişim programı süresince verdiği görevlerden kaynaklanan harcamaları üstlenir.

MADDE VII

1. Değişim programına katılan diplomatik memurlar, görevin gerektirdiği mesleki ketumiyet uyarınca, erişimine izin verilen bilginin mahremiyetinin korunması kurallarına riayet etmekle mükelleftir. Diplomatik memur bu konuda görev alacağı birimdeki diğer diplomatik statüdeki memurlarla aynı şekilde sorumlu olacaktır. Arşiv ve belgelere erişim konusundaki her türlü kısıtlama, kabul eden Bakanlığın yetkisindedir.

2. Gönderilen diplomatik memur, kabul eden Bakanlığın kendisiyle aynı düzeydeki memurlarının tabi olduğu mesai saatleri ve görevlere tabi olacaktır. İzin kullanımı, kabul eden Bakanlığın onayına tabidir.

MADDE VIII

Gönderilen diplomatik memur, değişim programı çerçevesindeki görevinin hitamında, kendisine verilen görevler ve yaptığı çalışmalar hakkında bir rapor hazırlar. Rapor, gönderen ve kabul eden Bakanlıklara hitaben iki orijinal nüsha halinde hazırlanır.

MADDE IX

1. Gönderilen diplomatik memurun, kendi ülkesinin diplomatik temsilciliğiyle, özellikle posta alımı veya maaşının ödenmesi gibi idari konular dışında, ev sahibi ülkede kaldığı müddetçe bağı bulunamaz.

2. Değişim programı süresince, gönderilen diplomatik memur kendi ülkesinin diplomatik temsilciliği nezdinde girişimde bulunmak üzere görevlendirilemez.

MADDE X

1. Gönderen devlet, gönderilen diplomatik memurun kabul eden ülke dışında görevlendirilmesi halinde bu durumdan haberdar edilir. Gönderilen memur kabul eden ülke dışında ancak bir heyetin üyesi olarak görevlendirilebilir.

2. Bu durumda, gönderilen diplomatik memur ancak kabul eden Bakanlık adına hareket eder. Bununla birlikte, kendi ülkesinin temsilcilerinin bulunduğu her türlü toplantı, görüşme, müzakere veya resmi temasa katılabilir.

MADDE XI

Kabul eden Bakanlık, gönderen ülkenin diplomatik temsilciliğini değişim programına ilişkin her konuda bilgilendirir.

MADDE XII

İşbu Muhtıra, imzalandığı tarihte yürürlüğe girer ve karşı tarafın sona erdirmeye niyetini altı ay öncesinden diplomatik yollarla yazılı olarak bildirimde bulunmasına kadar yürürlükte kalır.

MADDE XIII

İşbu Muhtıra Tarafların karşılıklı yazılı rızalarıyla herhangi bir zamanda değiştirilebilir. Değişiklikler, işbu Anlaşma'nın XII. maddesinde belirtilen yasal usule uygun şekilde yürürlüğe girecektir.

MADDE XIV

İşbu Muhtıra, İmzacılar arasında işbirliğini güçlendirmek ve geliştirmek amacıyla akdedilmiştir ve İmzacılar arasında yapılan uluslararası bir anlaşma niteliği taşımamaktadır.

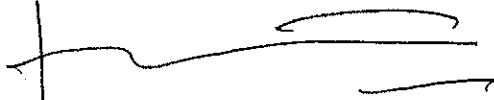
İşbu Muhtıra'nın hiçbir maddesi İmzacıların devletleri açısından hukuki hak ve taahhütler yaratacak şekilde yorumlanamaz ve uygulanamaz.

MADDE XV

İşbu Muhtıra'nın yorumlanmasından veya uygulanmasından doğan her türlü uyuşmazlık, Taraflar arasında görüşmeler yoluyla dostane şekilde çözümlenir. Yorum farklılıkları olması halinde İngilizce metin esas alınacaktır.

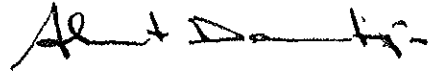
İşbu Muhtıra 6 Mayıs 2013 tarihinde Lizbon'da iki orijinal nüsha halinde ve bütün metinler eşit derecede geçerli olmak üzere Portekizce, Türkçe ve İngilizce dillerinde imzalanmıştır.

PORTEKİZ CUMHURİYETİ
DIŞİŞLERİ BAKANLIĞI ADINA



.....
Paulo Sacadura Cabral Portas
Portekiz Cumhuriyeti
Devlet Bakanı ve Dışişleri Bakanı

TÜRKİYE CUMHURİYETİ
DIŞİŞLERİ BAKANLIĞI ADINA



.....
Ahmet Davutoğlu
Türkiye Cumhuriyeti
Dışişleri Bakanı

**MEMORANDUM OF UNDERSTANDING
BETWEEN**

**THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PORTUGUESE REPUBLIC
AND THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE REPUBLIC OF TURKEY
ON EXCHANGE OF DIPLOMATS**

The Ministry of Foreign Affairs of the Portuguese Republic and the Ministry of Foreign Affairs of Republic of Turkey, hereinafter referred to as the "Signatories",

Determined to enhance their cooperation and mutual understanding of the structure and functioning of their respective institutions,

Referring to the "Protocol of Cooperation between the Ministry of Foreign Affairs of the Portuguese Republic and the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Turkey for the Establishment of Portuguese-Turkish Forum" dated 11 May 2005,

Further recalling the Memorandum of Understanding between the Ministry of Foreign Affairs of the Portuguese Republic and the Ministry of Foreign Affairs of Republic of Turkey on Diplomatic Training and Exchange of Documentation, signed in Ankara on the 18th of December 2012

Hereby agree as follows:

ARTICLE I

1. Signatories will mutually host diplomats in their headquarters, who shall be sent under the exchange program established by this Memorandum of Understanding.
2. The aim of the exchange program under this Memorandum of Understanding is to mutually understand the structure and functioning of the host Ministry, to learn its approach towards international relations, as well as to strengthen ties between the Signatories.

ARTICLE II

Procedures relating to the exchange program shall be conducted by the Diplomatic Institute of the Ministry of Foreign Affairs of The Portuguese Republic from the Portuguese side and the Directorate for Diplomacy Academy of the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Turkey from the Turkish side.

ARTICLE III

Candidates of the exchange program under this Memorandum of Understanding are expected to speak, preferably, Portuguese and Turkish. If this is not possible, the candidates are expected to have good knowledge of English.

ARTICLE IV

1. Designated candidates shall be proposed to the hosting Ministry by the sending Ministry. The hosting Ministry may refuse the proposed candidates without further explanation.
2. The hosting Ministry shall inform the sending Ministry in case of acceptance of an application.
3. The exchange of diplomats under this Memorandum of Understanding may be made consecutively.

ARTICLE V

1. The duration of each exchange shall be determined through diplomatic channels and may be extended by mutual consent. The length of the exchange will normally be between one and three months.
2. The duration of the exchanges may be shortened by mutual consent of the Signatories, in particular when health problems or personnel needs may occur.
3. In cases of emergency, the hosting Ministry is entitled to terminate the exchange program at its own initiative. In this case, the hosting Ministry shall inform the sending Ministry of its decision hereto.

ARTICLE VI

1. The sending Ministry will cover all expenses emanating from this exchange program, in particular relating to allowance and housing, extra territorial mission payments or compensations, as well as social security payments that will be transferred to the family of the diplomat if that is the case. The sending Ministry shall also undertake liability in accordance with the national legislations for accidents of the designated diplomat that may occur during travel to work or execution of duties.
2. The hosting Ministry shall undertake the expenses emanating from duties given by the hosting Ministry during the duration of the exchange program, further to the provisions established in article 2.2. of the MOU on the Diplomatic Training and Exchange of Documentation, signed in Ankara on the 18th of December 2012.

ARTICLE VII

1. Diplomats participating in the exchange program are, in accordance with the requirements of professional secrecy, required to abide by the rules of protection of confidentiality of information that they will be permitted to access. The designated diplomat shall be held responsible in the same way as the other diplomats working in the department he or she will be assigned to. All sorts of restrictions with regard to access to archives and documents shall be under the jurisdiction of the hosting Ministry.
2. The designated diplomat shall be subject to the same office hours and duties that the functionaries of the same level working in the hosting Ministry are subject to. Usage of leave of absence is subject to the approval of the hosting Ministry.

ARTICLE VIII

The designated diplomat, after the completion of his/her duty within the exchange program, shall prepare a report on the matters and works entrusted to him/her. This report will be prepared in two original copies, addressed to the sending and the hosting Ministries.

ARTICLE IX

1. The designated diplomat shall have no ties with the diplomatic representation of his/her country of origin in matters other than administrative, in particular such as receiving mails and salary payments in the course of his/her stay in the host country.
2. During the exchange programme in the host country, the designated diplomat shall not be assigned with the duty of making a diplomatic demarche before the diplomatic representation of his/her country of origin.

ARTICLE X

1. The sending state shall be informed in case the designated diplomat is assigned a duty outside the territory of the hosting country. The designated diplomat can only be assigned outside the territory of the hosting country as part of a delegation.
2. In that case, the designated diplomat can only act on behalf of the host country. However, the designated diplomat may attend all kinds of meetings, discussions, negotiations or official contacts that include the representatives of his/her country of origin.

ARTICLE XI

The hosting Ministry will inform the diplomatic representation of the sending country on all issues regarding the exchange program.

ARTICLE XII

This Memorandum of Understanding shall produce its effects upon signature and will continue to be implemented until terminated by either Signatory, by giving six months' prior written notice to the other Signatory, through diplomatic channels.

ARTICLE XIII

This Memorandum of Understanding may be amended by mutual written consent of the Signatories at any time. The amendments shall enter into force in accordance with the same procedure prescribed under Article XII of this Memorandum of Understanding.

ARTICLE XIV

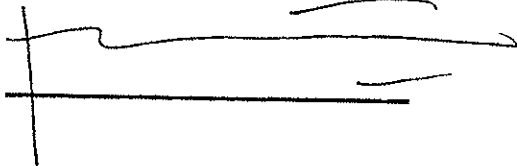
This Memorandum of Understanding is concluded with a view to enhancing and developing cooperation between the Signatories and does not constitute an agreement binding upon the Signatories under international law. No provision of this Memorandum of Understanding shall be interpreted and implemented as creating legal rights or commitments for the Signatories.

ARTICLE XV

Any dispute arising out of the interpretation or application of this Memorandum of Understanding shall be settled amicably through negotiations by the Signatories. In case of any divergence of interpretation, the English text shall prevail.

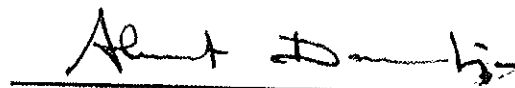
Signed in Lisbon, on 6 May 2013, in two originals, in Turkish, Portuguese and English language.

FOR THE MINISTRY OF
FOREIGN AFFAIRS
OF THE PORTUGUESE REPUBLIC



Paulo Sacadura Cabral Portas
Minister of State and Minister of Foreign
Affairs of the Portuguese Republic

FOR THE MINISTRY OF
FOREIGN AFFAIRS
OF THE REPUBLIC OF TURKEY



Ahmet Davutoğlu
Minister of Foreign Affairs of the Republic of
Turkey